

**XXVI ENCONTRO NACIONAL DO
CONPEDI BRASÍLIA – DF**

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO II

JONATHAN BARROS VITA

LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

ANTÔNIO DE MOURA BORGES

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D597

Direito tributário e financeiro II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Jonathan Barros Vita; Liziane Angelotti Meira; Antônio de Moura Borges - Florianópolis: CONPEDI, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-438-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Desigualdade e Desenvolvimento: O papel do Direito nas Políticas Públicas

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais.
2. Tributos.
3. Imunidade.
4. Impostos. XXVI Encontro Nacional do CONPEDI (26. : 2017 : Brasília, DF).

CDU: 34



XXVI ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA – DF

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO II

Apresentação

O XXVI Encontro Nacional do CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito ocorreu em Brasília entre os dias 19 e 21 de julho de 2017, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília-DF, sob o tema: “DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO: O papel do Direito nas políticas públicas”.

Esse evento foi realizado em parceria com o Curso de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado, da UNB - Universidade de Brasília, Universidade Católica de Brasília – UCB, Centro Universitário do Distrito Federal – UDF e com o Instituto Brasiliense do Direito Público – IDP.

Dentre as diversas atividades acadêmicas empreendidas neste evento, tem-se os grupos de trabalho temáticos que produzem obras agregadas sob o tema comum do mesmo.

Neste sentido, para operacionalizar tal modelo, os coordenadores dos GTs são os responsáveis pela organização dos trabalhos em blocos temáticos, dando coerência à produção e estabelecendo um fio condutor evolutivo para os mesmos.

No caso concreto, assim aconteceu com o GT DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO II. Coordenado pelos professores Jonathan Barros Vita, Liziane Angelotti Meira e Antônio de Moura Borges, vez que o referido GT foi palco de profícuas discussões decorrentes dos trabalhos apresentados, os quais são publicados na presente obra.

O direito tributário e financeiro hoje vem ganhando espaço importante nas discussões acadêmicas, o que vem se refletindo no volume e qualidade de trabalhos apresentados, colocando esses ramos didaticamente autônomos do direito em posição de destaque nas discussões contemporâneas, vez que afetam fortemente os cidadãos.

Tendo como pano de fundo esses ramos didaticamente autônomos do direito, foi possível agrupar os 16 trabalhos apresentados em alguns grupos, os quais se seguem, partindo da Teoria Geral do Direito Tributário (artigos 01 e 02) para a prática, perpassando Processo administrativo tributário (artigos 03 a 05), Deveres instrumentais (artigos 06 e 07), Temas

contemporâneos internacionais da tributação (artigos 08 e 09), Tributação, extrafiscalidade e meio ambiente (artigos 10 a 12), Políticas tributárias (artigos 13 e 14) e Elementos de tributos em espécies (artigos 15 e 16), como pode ser visto no sumário abaixo.

É a partir do roteiro firmado, que teoria e prática se encontram no campo do direito tributário e financeiro, perfazendo uma publicação que se imagina que será de grande valia, dada a qualidade dos artigos, para a promoção e o incentivo da pesquisa jurídica no Brasil, consolidando o CONPEDI, cada vez mais, como um importante espaço para discussão e apresentação das pesquisas desenvolvidas nos ambientes acadêmicos da graduação e pós-graduação em direito.

Finalmente, deixamos aos leitores nosso desejo de uma boa leitura, fruto da contribuição de um Grupo de trabalho que reuniu diversos textos e autores de todo o Brasil para servir como resultado de pesquisas científicas realizadas no âmbito dos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu de nosso país.

Prof. Dr. Jonathan Barros Vita - Unimar

Profa. Dra. Liziane Angelotti Meira - Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Antônio de Moura Borges - Universidade Católica de Brasília e Universidade de Brasília

A POLÍTICA PÚBLICA FISCAL NO ENFRENTAMENTO DA CRISE ECONÔMICA DE 2008 E SEUS DESDOBRAMENTOS

FISCAL PUBLIC POLICY IN THE FACING OF THE 2008 ECONOMIC CRISIS AND ITS DEPLOYMENTS

Roseana Cílliao Sacchelli ¹

Maria Clarice Sacchelli Moraes Piotto ²

Resumo

O governo Fernando Henrique Cardoso obteve êxito na estabilidade econômica, mas a estratégia neoliberal não evitou que o país recorresse ao FMI. A primeira gestão do governo Lula continuou com a política econômica de seu antecessor, entretanto, com melhor desempenho de crescimento econômico, emprego, renda e equilíbrio externo. Para enfrentar a desaceleração econômica causada pelo impacto da crise de 2008, o governo de Lula e de Dilma adotaram medidas de desonerações tributárias. As indicações de Keynes na intervenção estatal da condução das políticas econômicas buscam viabilizar o pleno emprego, liberdade da iniciativa privada e demanda efetiva com o equilíbrio orçamentário.

Palavras-chave: Política pública, Política fiscal, Desoneração tributária, Keynes, Crise econômica

Abstract/Resumen/Résumé

Fernando Henrique Cardoso government succeeded in economic stability, but the neoliberal strategy did not prevent the country from appealing to the FMI. Lula's first administration government continued with the economic policy of its predecessor, however, with better performance of economic growth, employment, income and external balance. In order to face the economic slowdown caused by the impact of the crisis of 2008, the government of Lula and Dilma adopted measures of tax exemptions. Keynes's statements in the state intervention in the conduct of economic policies seek to enable full employment, freedom of private initiative and effective demand for budget balance.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Public policy, Fiscal policy, Tax relief, Keynes, Economic crisis

¹ Doutoranda em Direito Econômico (PUCPR). Mestre em Direito Econômico (PUCPR/2013). Especialista em Direito Civil e Processo Civil (Unicuritiba/2012). Especialista em Direito Empresarial (UEL/2011). Especialista em Projetos Empresariais (UFPR/2012). Advogada, Economista

² Mestranda em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba. Especialista em Direito do Trabalho pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (2014). Advogada, sócia do escritório Sacchelli Advogados.

1 INTRODUÇÃO

A formulação e a implementação de políticas públicas adotadas no período da redemocratização e democrático do país dependeram de diversas circunstâncias identificando um processo de tomada de decisões. As decisões também foram influenciadas por fatores externos à própria economia, envolvendo diretamente a atuação do governo sobre a capacidade produtiva e as despesas planejadas, visando alcançar determinados objetivos.

A crise financeira no final de 2008 e seus desdobramentos nos anos seguintes impactaram profundamente a economia mundial e a condução das políticas públicas dos países ocidentais. O Brasil que apresentava taxas de crescimento econômico adotou medidas para conter os efeitos danosos da retração econômica. Estrategicamente, com a expansão anticíclica de gastos públicos correntes. A política econômica adotada pelo governo Lula visou amenizar seus impactos. A intervenção estatal visava fomentar a reconstrução das demandas domésticas e amenizar os efeitos da desaceleração da atividade econômica nas principais economias internacionais para garantir a continuidade do desenvolvimento nacional.

Num contexto de promoção da política fiscal anticíclica no enfrentamento da retração do nível de demanda privada, sobretudo dos investimentos privados em decorrência da crise. Os bancos públicos expandiram o crédito em contraposição à fortíssima contração promovida pelos bancos privados. Desse modo, a demanda foi estimulada por três linhas de política econômica: contínuo aumento real do salário mínimo; expansão do crédito público; uma política fiscal que combinava aumento expressivo das transferências de renda às famílias, recuperação do investimento público e, a partir de 2009, também significativas desonerações tributárias.

Em 2010, o foco retornou para o câmbio, assim como foram adotadas medidas para conter determinados preços e controlar a demanda agregada, em ação mais coordenada com o Banco Central. O Banco Central começa a mudar o regime de sua política no final de 2010, utilizando medidas macroprudenciais para controlar o crédito, em vez da elevação maior na taxa de juros.

Já a política fiscal nos últimos anos, do governo Lula e Dilma Rousseff, no período entre 2004 e 2014, aumentou significativamente as transferências de renda. As despesas com previdência e assistência social cresceram quase continuamente no período, passando de 8,1% do PIB no triênio 2004-06 para 9,4% no período de 2011 a 2014, chegando a 10,0% em 2014.

O gasto com transferências previdenciárias e assistenciais foi fortemente impulsionado por três fatores: a política de aumento real do salário mínimo, o qual serve de piso aos benefícios; o crescimento do número de beneficiários; e, a extensão das políticas de combate à pobreza a um maior número de famílias.

Dessa forma, o governo de Dilma Rousseff, iniciado em 2011, apresentou-se como uma continuidade do governo Lula, sobretudo, na visão de que a demanda criaria a própria oferta, mesmo com a desaceleração da economia revelando o esgotamento dessa política. Como argumentaram Nelson Barbosa e José Antônio Pereira de Souza (2010) sobre a escolha dos agentes formuladores das políticas econômicas: “somente com a aceleração do crescimento, a economia poderia iniciar um círculo virtuoso no qual o aumento da demanda agregada geraria aumento nos lucros e na produtividade, o que por sua vez, produziria um aumento no investimento e, dessa forma, criaria a capacidade produtiva necessária para sustentar a expansão”.

Em 2012, o Ministério da Fazenda do governo de Dilma Rousseff anunciou o novo regime macroeconômico denominado de nova matriz macroeconômica na condução da política econômica, que completaria a reação gerada pela crise econômica no segundo governo de Lula. Abandonava assim, o regime de política econômica adotada no primeiro governo Lula, a mesma que ele havia recebido do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), assentado no tripé macroeconômico formado: pelas metas para a inflação (pré-estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional); câmbio flutuante (redução das ações para estabilizar a cotação do dólar, que passa a seguir as condições do mercado); e responsabilidade fiscal (esforço do governo para conter gastos e reduzir endividamento), que vigora em todos os países desenvolvidos e em grande número dos países emergentes.

A nova matriz macroeconômica previa o aumento de gastos públicos e uma maior intervenção do governo para estimular a economia, segundo declarações do Secretário de Política Econômica Márcio Holland (2012): “essa matriz combinava juro baixo, taxa de câmbio competitiva e uma consolidação fiscal amigável ao investimento”. O tripé de políticas macroeconômicas presente desde 1999 (metas para inflação, taxas flutuantes de câmbio e geração de superávits primários) foi substituído por uma gestão macroeconômica que visa atingir simultaneamente três objetivos no curto prazo: câmbio depreciado em termos reais; crescimento econômico ao redor de 5% ao ano e taxa de juros reais baixas, assim como o combate a “desindustrialização”.

Embora à implementação de medidas para a sustentação do nível de atividade da economia e a retomada do crescimento, tais como a redução do IPI sobre automóveis e

eletrodomésticos e a conseqüente redução relativa dos preços dos bens de consumo duráveis; o estímulo ao setor da construção civil, por meio do PAC e Minha Casa Minha Vida; o rígido controle sobre os preços públicos (gasolina, gás, eletricidade) e da ampliação dos programas redistributivos; não foram suficientes para impedir a depressão da taxa de crescimento da economia.

As críticas sobre a condução das políticas econômicas adotadas caminham em duas direções: os conservadores atribuem, em grande medida, à política fiscal, considerada excessivamente expansionista do lado do gasto público. Os heterodoxos reclamavam dos juros excessivamente elevados da política monetária, que, gradativamente, deixava de exercer sua função dinamizadora da demanda agregada.

O modelo econômico de estímulo ao crescimento pela via da demanda, e não da oferta; pela via do consumo das famílias e do gasto público, e não pelos investimentos, formaram as bases da política econômica na última década, principalmente, pelo crescimento econômico promovido na gestão do presidente Lula que, por sua vez, não teve sustentação na gestão de sua sucessora a presidente Dilma Rousseff.

Este artigo busca analisar o modelo da política pública do governo Lula e continuado pelo governo de Dilma Rousseff para promover o desenvolvimento que se somaram aos fatores de instabilidade do crescimento recente no Brasil e contribuíram para o agravamento da crise econômica e política em 2015. O estudo objetiva examinar se a estratégia no campo do gasto social, das desonerações tributárias e do investimento público para dinamizar a atividade econômica podem abarcar objetivos diversos da teoria de Keynes.

Analisa-se a condução das políticas econômicas no período após a redemocratização do país na orientação neoliberal no governo de Fernando Henrique Cardoso, o ambiente internacional favorável possibilitando crescimento econômico até a deflagração da crise de 2008. Examina-se a política econômica da gestão da presidente Dilma Rousseff e os fundamentos teóricos intervencionistas de Keynes.

2 OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS ECONOMICAS NO GOVERNO LULA

No Brasil, o primeiro presidente eleito no período da redemocratização em 1989, Fernando Collor de Mello, lançou o Plano Collor I e II, que fracassaram, e, em meio às

reformas, ao acirramento da inflação, ao agravamento da crise econômica e política, renunciou à presidência em dezembro de 1992 (PIRES, 2010, p. 262- 269).

Itamar Franco, por sua vez, assumiu a presidência do país imediatamente após a renúncia de Collor, e em dezembro de 1993, anunciou o Plano Real, sétima tentativa de estabilização da economia brasileira em dez anos de combate à inflação e a primeira exitosa. O Plano Real, lançado em 28 de fevereiro de 1994, dependia de cinco fatores essenciais: zerar o déficit público com um aumento de cinco pontos percentuais em todos os impostos federais e privatizações de estatais, principalmente dos bancos estaduais; desindexar a economia, ou seja, acabar com as correções e reajustes de preços e salários de acordo com a inflação anterior (prática prevista em lei); reindexar a economia de acordo com o dólar; abrir a economia com a redução das tarifas de importação; aumentar acentuadamente as reservas internacionais. Cumpridas essas medidas, a nova moeda teria o valor praticamente igual ao dólar. O sucesso do plano para estabilização e reduzir a inflação garantiu ao então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, dois mandatos consecutivos na Presidência da República, entre 1995 a 2002.

O governo de Fernando Henrique Cardoso caracterizou-se pela preocupação com a estabilidade econômica. Na primeira gestão (1995-1998), a estabilidade monetária baseada na âncora cambial, quando a inflação se eleva, o Banco Central sobe as taxas de juros, atraindo divisas do exterior e impondo a valorização real do real. Isso aprofunda a exposição competitiva dos produtores internos de bens passíveis de importação. Na segunda (1999-2002), no tripé macroeconômico formado pelo regime de câmbio flutuante, aliado ao de metas de inflação e de superávit fiscal primário. Este arranjo consistia em preestabelecer metas para o crescimento de preços, e se o objetivo não fosse alcançado, haveria aperto monetário e elevação de taxas de juros. Esta política macroeconômica apoiava-se em três frentes: equilíbrio orçamentário, reforma do Estado e reforma monetária (PAULINO, 2010, p. 294-295).

Luiz Inácio da Silva venceu as eleições em 2002 para a Presidência do Brasil em oposição não ao Plano Real, mas aos seus resultados negativos tais como o baixo crescimento e o desemprego crescente. Além de comprometer-se em manter a estabilidade e retomar o crescimento. No governo, o presidente Lula abandonou muitas das bandeiras históricas do Partido dos Trabalhadores e deu continuidade às políticas macroeconômicas de seu antecessor. Manteve as metas de estabilização como: câmbio flutuante com livre movimento de capitais, o regime de metas de inflação e políticas fiscais altamente restritivas, aumentou a taxa básica de juros (SELIC) dos 25% vigentes no início do governo para 26,5% ao ano, três

meses depois. Ao longo do ano de 2003, a política fiscal e monetária adotada gerou resultados positivos no combate à inflação, ajudada pela queda do câmbio no início do mesmo ano, proporcionada pelo rigor da política monetária e abundância conjuntural de liquidez internacional. Em que pese a continuidade das políticas econômicas, o desempenho da economia brasileira a partir de 2003 foi influenciado pela evolução da economia internacional. O ambiente externo favorável resultou no bom desempenho dos indicadores econômicos, em grande medida pela forte expansão da economia chinesa que pressionou os preços de alimentos e matérias-primas, as *commodities* (LEVY; NONNENBERG; COSTA, 2008, p.158-196).

É importante salientar que o desempenho da economia brasileira no governo Lula (2003 a 2010) apresentou, nos aspectos mais relevantes, como o crescimento econômico, emprego, equilíbrio externo, avanços significativos na distribuição da renda e redução da miséria, melhor desempenho do que no governo de Fernando Henrique Cardoso. A taxa de crescimento médio anual que estava entre 1996 a 2002 de 2%, passou para 3,8% de 2003 a 2007. Em que pese, o tripé macroeconômico tenha sido mantido, reafirmando a política econômica herdada do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve uma política econômica mais específica do que do seu antecessor. Independente da origem ideológica ou vertente partidária, o governo do presidente Lula, de forma um tanto contraditória, manteve o núcleo da condução da política macroeconômica, e conciliou políticas de cunho social desenvolvimentista. Políticas que apresentaram uma fase de crescimento liderado pela demanda, inicialmente pelas exportações e, num segundo momento, pela demanda doméstica estimulada pelo consumo num contexto marcado pela inflação baixa e aumento de salário mínimo. Ademais, os gastos governamentais foram canalizados para o programa Bolsa Família e para programas baseados nas transferências diretas a indivíduos (GIAMBIAGI, 2011, p.231).

Na política monetária, ele elevou a taxa de juros, pois a apreciação da taxa de câmbio levaria à queda na inflação. Reafirmou a política fiscal voltada para gerar superávits fiscais. Ademais, promoveu algumas mudanças, como a maior expansão de crédito. Estabeleceu ainda uma nova política de aumento de salário mínimo e canalizou os gastos governamentais para o Programa Bolsa Família, programa baseado na transferência direta aos indivíduos, estimulando o consumo num contexto marcado pela inflação baixa. Também se deve registrar que, ao longo do governo do presidente Lula, o regime de metas de inflação seguido pelo Banco Central acabou por se consolidar como política econômica, de forma rigorosa, no

primeiro mandato de Lula, de 2003 a 2006, assim como a austeridade fiscal e o câmbio flutuante (GIAMBIAGI, 2011, p. 231).

Nesse contexto, a partir de 2004 a economia brasileira ingressa em novo ciclo de crescimento mais expressivo do PIB, ainda que esta fase expansiva resulte fundamentalmente das condições mais favoráveis da economia mundial. No entanto, a combinação entre política social (políticas de redistribuição de renda e inclusão social) e conservadorismo da política econômica do governo Lula refletiu a dependência financeira externa e da prevalência do setor financeiro na condução das políticas econômicas. O mercado financeiro obteve vultosos resultados, enquanto setores produtivos da economia, em essencial o industrial, tiveram acentuado declínio, com graves consequências para a questão do nível de emprego e para os problemas sociais daí resultantes (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 936).

Em setembro de 2008, a crise internacional agravou e houve alto índice de desemprego somado à forte contração do crédito disponível. Bancos Centrais de todo o mundo se viram obrigados a injetar liquidez no mercado interbancário para evitar o efeito dominó, o que alterou o saldo em conta corrente desses países e ampliou o déficit público. Países do centro com ideologia neoliberal sofreram maior impacto na crise financeira. A estrutura financeira internacional expôs as limitações dos princípios básicos do sistema de regulação e supervisão bancária e financeira e a sobrevivência de um perfil específico de instituições (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.215).

O Brasil que apresentava uma trajetória de crescimento robusto nas taxas de crescimento econômico de 2004 a 2008 (2003: 1,1%; 2004: 5,7%; 2005: 3,2%; 2006: 4,0%; 2007: 6,1%; 2008: 5,2%), em 2009, ano posterior da eclosão da crise, a taxa de retração de 0,3% evidenciou a desaceleração da economia nacional acompanhando o cenário de baixo crescimento da economia dos países ricos. No contexto de crise no final de 2008 e em 2009, no segundo mandato do presidente Lula, de 2007 a 2010, a política fiscal sofreu mudanças, promovendo uma expansão anticíclica de gastos públicos correntes. Os bancos públicos expandiram o crédito em contraposição à fortíssima contração promovida pelos bancos privados. A demanda interna foi o fator essencial que amenizou os impactos iniciais da crise. Assim como foi relativamente brando o impacto sobre o estoque de dívida externa, entre 2008 e 2009, a dívida se contraiu em 4,5%. No entanto, criou-se um problema de falta de coordenação entre os formuladores da política econômica. O Banco Central tornou mais rígido o regime de metas da inflação, elevou os juros, em contrapartida, o Ministério da Fazenda passou a estimular a economia. Assim foi a reação à crise, enquanto a política fiscal era expansionista, a monetária era restritiva (MODENESI, 2012, p.123).

Uma questão importante a destacar, em certa medida, a elevada popularidade do presidente Lula, explicada pelos aportes de recursos nos programas sociais, pela combinação de aumentos reais do salário mínimo e forte crescimento do emprego, com relativa inflação baixa, ou seja, consolidação do processo de estabilização e avanços sociais importantes. Popularidade suficiente para eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o cargo de chefe do executivo do Brasil, no dia 31 de outubro de 2010 (GIAMBIAGI, 2011, p.233).

3 GOVERNO DILMA E AS POLITICAS PUBLICAS FISCAIS DURANTE A CRISE

O governo de Dilma Rousseff apresentou mudanças no regime de política macroeconômica, como observam os economistas Rodrigo Alves Teixeira e Eduardo Costa Pinto: “a situação externa favorável no período de 2003 a 2007 e os desdobramentos da crise de 2008 criaram um cenário de redução da dependência financeira externa que, aos poucos, reduziu o poder de influência do setor bancário-financeiro”. Nessa conjuntura, foi possível implementar políticas com redução dos juros e dos *spreads* dos bancos públicos. A partir daí diminuiu a influência do setor financeiro nas decisões da condução das políticas econômicas. E, em certa medida, o papel das empresas estatais e dos bancos públicos como a Caixa Federal, Banco do Brasil e BNDES foram decisivos para a manutenção dos investimentos e do crédito para amenizar os efeitos da crise de 2008 no país (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p.935).

Na sua primeira gestão (2011- 2014), a presidente Dilma Rousseff manteve o regime de política macroeconômica ancorado nas metas de inflação e de superávit fiscal primário e na flutuação da taxa de câmbio. No entanto, o modelo de crescimento, adotado entre 2010 e 2011, ancorado no mercado interno e na redistribuição da renda, combinado com a manutenção de juros elevados e apreciação cambial, demonstrou-se ineficiente diante da desaceleração da economia mundial. E assim sendo, um dos principais objetivos da política econômica concentrou-se na obtenção de taxas mais elevadas de crescimento econômico, com destaque especial para a recuperação da indústria.

Entre 2011 e 2012 a política fiscal e monetária adotadas foram mais restritivas para conter a inflação. Com o processo inflacionário em declínio e a desaceleração da atividade econômica de deterioração no cenário externo, o caminho escolhido foi a baixa do diferencial

entre a taxa básica de juros brasileira (Selic) e as taxas de juros internacionais. Com taxa de juros mais baixa para o setor industrial. Dessa forma, abriu espaço para uma política monetária menos restritiva com metas de inflação mais flexíveis. E ainda interferiu com firmeza no câmbio para desvalorizar o real e cumprir a meta fiscal. No segundo semestre de 2012 ocorreu o aprofundamento da desaceleração da atividade econômica. E novamente os bancos públicos substituíram a concessão do crédito privado para estimular a economia. A taxa básica de juros teve dez reduções seguidas, de agosto de 2011, quando estava em 12,5%, a outubro de 2012, quando foi fixada em 7,25%. Em 14 meses, a Selic perdeu 5,25 pontos percentuais e foi para o nível mais baixo da história até então (MODENESI, 2012, p.125-126).

O fato é que o fraco desempenho da economia explica-se pelo aumento substancial dos preços dos alimentos, em 2012, e forte depreciação cambial, em 2012 e 2013. Porém, apesar destes choques adversos, também há evidências de que a desaceleração do PIB tem causas internas, como a redução da demanda das famílias, endividadas pelo estímulo no consumo nos anos anteriores e na restrição maior ao crédito, com o aumento das taxas de juros ocorrido a partir de 2013. Com a desaceleração do consumo a alternativa em direção ao crescimento dá-se pela via dos investimentos. No entanto, diminui o aporte de investimentos no país, a partir de 2011, com uma variação negativa de 4% em 2012.

Joseph Stiglitz (2007) argumenta que a globalização causa uma série de mudanças no cenário mundial, principalmente no comércio internacional, ocasionado a dinamização da economia e o aumento da competitividade, aumentou também a distância entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Não por acaso, o ambiente de economia globalizada a produção é cada vez mais internacionalizada, tanto em relação à origem dos produtos quanto ao mercado.

Como observa Luiz Gonzaga Belluzzo (2013) sobre o impacto da globalização nas alterações na distribuição espacial das cadeias manufatureiras, salienta-se que tanto no Brasil como na América Latina ficaram à margem desse processo de reestruturação das cadeias produtivas. Nessa perspectiva, as políticas industriais contemporâneas devem preocupar-se com a indução daquelas sinergias baseadas no conhecimento e na capacidade de resposta à informação. Segundo Belluzzo: “o novo papel do Estado deve estar concentrado na indução da cooperação, na coordenação dos atores e na redução da incerteza. Sua tarefa não é a de ‘escolher vencedores’, mas a de criar condições para que os vencedores apareçam”.

Não é possível negar que num ambiente de economia globalizada, a indústria de países em desenvolvimento enfrentam constantes desafios de competitividade. Mas, não

também é importante considerar que uma política industrial de um país em desenvolvimento exige um projeto de longo prazo. E para tanto envolve duas prioridades: a busca de configurações sustentáveis para o maior número possível de segmentos produtivos, e a manutenção de fontes endógenas de progresso técnico na economia. Essa política abrange três sentidos: somente um ambiente macroeconômico de crescimento com pleno emprego e estabilidade econômica é possível haver estruturas industriais eficientes; a credibilidade de certos instrumentos que coíbem práticas desleais de comércio deve estar em harmonia com as demais condutas do governo; e, ademais, a atualização permanente do sistema educacional é imprescindível para a política de ciência e tecnologia (ARAÚJO JR, 1996, p. 83).

No contexto de desaceleração da economia, o governo da presidente Dilma Rousseff adotou algumas flexibilizações na política fiscal, tais como a desoneração da folha de pagamento das empresas; a aceleração da devolução dos créditos de PIS/Cofins; a elevação dos limites de enquadramento no Simples; a alteração pontual da legislação do ICMS para minimizar os efeitos da guerra fiscal.

Como as determinações da política fiscal do país influenciam diretamente as atividades econômicas, crescimento e taxa de emprego, podendo estimular ou inibir os gastos de consumo do setor privado, a discussão a respeito da carga tributária tem sido constante. E a redução da carga tributária que recai sobre a folha objetiva pode estimular o emprego, num processo de baixa de competitividade de muitos segmentos da indústria nacional. Dessa forma, a desoneração da folha de pagamento foi instituída pela Medida Provisória 540, de 02 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e modificada por alterações posteriores (Lei nº 12.715/2012, Lei nº 12.794/2013, Lei nº 12.844/2013 e MP 651, de 9 de julho de 2014). Medida em que desonerou a folha de pagamentos substituindo a contribuição patronal por outro tributo incidente sobre o faturamento da empresa, com alíquotas dependendo do setor da economia.

O debate sobre a desoneração da folha de salários e mudança nas fontes de financiamento da Previdência teve início nos anos de 1970. As despesas previdenciárias financiadas com recursos provenientes da cobrança de encargos sobre a folha de pagamentos, contribuições de empregados e empregadores, é adotado em muitos países, inclusive o Brasil. Os defensores da desoneração argumentam que a magnitude e a rigidez dos encargos da folha de pagamento seriam sérios obstáculos para a criação de novos postos de trabalho ou sua manutenção em tempos difíceis. Por outra via, há controvérsia sobre o impacto que uma redução dos encargos sociais teria sobre o mercado de trabalho, em termos de nível e qualidade do emprego (OLIVEIRA, 2011, p.75-76).

É importante salientar que a arrecadação dos tributos vem crescendo abaixo do ritmo do crescimento das despesas públicas, em certa medida, pelo baixo desempenho da atividade econômica, mas também em razão das desonerações fiscais promovidas pelo governo federal. Desde 2009, as medidas de desoneração foram estratégias da política econômica para estimular a demanda interna e amenizar os efeitos da crise de 2008. O fato é que, se de um lado a arrecadação diminuir, por outro lado, o gasto deveria ser proporcional, no entanto, a despesa continuou sua trajetória de crescimento.

A carga tributária brasileira passou de 25% para 36% do PIB entre 1993 e 2012. Como assevera André Folloni e Cristiano Lisboa Yazbek (2014), além da carga tributária e a complexidade da legislação tributária crescerem, aumentaram os montantes auferidos pelo Estado em decorrência da eficácia do sistema de arrecadação no país. Todavia, essa eficácia não se reflete na gestão dos recursos públicos. Segundo os autores, “arrecada-se cada vez mais e negligencia-se no tocante às despesas e investimentos públicos, deixando longínqua, ainda, a busca pelos Objetivos Fundamentais da República na forma como postos na Constituição”.

Nos últimos anos, como esclarece Liderau dos Santos Marques Júnior (2014): “o Governo Federal vem excluindo da meta de superávit primário um número crescente de operações, como investimentos públicos considerados prioritários e as desonerações fiscais voltadas para reduzir pressões inflacionárias”.

A qualidade da política fiscal fica comprometida, na medida em que se constata que os superávits primários são obtidos por meio do crescimento da carga tributária e não do controle dos gastos públicos. Uma dimensão tão relevante quanto a política fiscal como componente da demanda agregada é o endividamento público, que é, quantitativamente, a principal forma de manutenção da riqueza pelos agentes econômicos. Num cenário em que a economia brasileira tem apresentado uma taxa de crescimento do PIB relativamente baixo na primeira gestão do governo Dilma. De acordo com o IBGE a economia encolheu de 2010 para 2014, de 7,5% em 2010; 2,7% em 2011; 0,9% em 2012; 2,3% em 2013; 0,1% em 2014; e - 3,8% em 2015. Em contrapartida, a dívida pública em 2013 representou 33% do PIB, aumentou 5,7% em relação ao ano anterior; em 2014 a dívida interna cresceu 8,15% e a externa 5,7%, representaram 33,6% do PIB de 2014.

4 KEYNES E A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

As medidas adotadas no âmbito da política econômica afetam de maneira decisiva a vida do cidadão comum. Os formuladores de políticas públicas devem considerar que as pessoas reagem aos estímulos e esses alteram o comportamento das pessoas. É importante considerar na formulação das políticas públicas os efeitos diretos, mas também os indiretos, que operam por meio de incentivos. Se uma política muda os incentivos, muda, também, o comportamento das pessoas.

Para tanto o governo dispõe de alguns instrumentos para que ocorram melhorias na qualidade de vida das pessoas em uma visão de longo prazo de forma sustentada, como política fiscal, monetária, cambial e rendas. A política econômica procura viabilizar seus objetivos escolhidos pela comunidade como necessários e desejados, servindo-se dos instrumentos disponíveis no próprio sistema (NUSDEO, 2005, p.171). Os objetivos que os economistas consideram relevantes para a política econômica são: desenvolvimento econômico, definido no mínimo em termos de uma taxa de aumento da renda real *per capita*; distribuição justa de renda; estabilização do nível de preços ou do valor da moeda; e pleno do emprego. E para que ocorram melhorias na qualidade de vida das pessoas em uma visão de longo prazo de forma sustentada, o governo dispõe dos instrumentos da política fiscal, monetária, cambial e rendas (VASCONCELLOS; GARCIA, 2003, p.87).

A formulação da política econômica pressupõe uma articulação entre um processo de natureza política (o processo de tomada de decisão apoiado no funcionamento das instituições que exprimem escolhas coletivas) e um processo de natureza técnica (diagnóstico das situações, estudos prospectivos, quantificação das relações entre instrumentos e objetivos). Esta articulação pode ser mais ou menos estreita, mais ou menos permanente, mas está sempre presente no processo de elaboração de uma política econômica concreta.

Em geral, os objetivos de política econômica podem apresentar entre si de relações de independência, complementaridade e conflitualidade. Na medida em que as escolhas são feitas envolvendo um conjunto coerente de decisões num processo complexo para alcançar uma determinada situação econômica, caracterizada pelos objetivos definidos, pode ocorrer problemas de hierarquia (certos objetivos assumem uma posição mais relevante do que outros) e de conflitualidade (certos objetivos são incompatíveis entre si no curto prazo). Não é sem razão que os países em desenvolvimento têm dificuldade em conciliar os objetivos de aumento da produção de bens e serviços e de sustentabilidade monetária, e conseguir evitar a

vulnerabilidade externa. Assim sendo, a ideia de uma estratégia de desenvolvimento com foco na conciliação dos objetivos conduz à elaboração de um projeto desafiante.

As políticas econômicas, segundo os objetivos governamentais, podem ser estruturais, de estabilização conjuntural e de expansão. A política econômica estrutural está voltada para a modificação da estrutura econômica do país, regulando o funcionamento do mercado ou criando empresas públicas, regulamentando os conflitos trabalhistas, alterando a distribuição de renda ou nacionalizando empresas estrangeiras. A política de estabilização conjuntural visa à superação de desequilíbrios ocasionais. Pode envolver tanto uma luta contra a depressão como um combate contra a inflação ou a escassez de determinados produtos. A política de expansão tem por objetivo a manutenção ou a aceleração do desenvolvimento econômico, na qual podem ocorrer reformulações estruturais e medidas de combate à inflação, bem como a proteção alfandegária e maior rigor na política cambial contra a concorrência estrangeira. As políticas econômicas estão assentadas em uma corrente ou mais de pensamento econômico e se ligam a critérios políticos e ideológicos (SANDRONI, 2004, p. 477).

Na medida em que há uma forte atuação do Estado na economia, os economistas tendem a resgatar as prescrições de políticas econômicas de Keynes. As indicações de Keynes para as políticas econômicas buscam viabilizar o pleno emprego, liberdade da iniciativa privada e a demanda efetiva com o equilíbrio orçamentário.

Ocorre que após as guerras mundiais, coube a John Keynes a tarefa de suplantar o pessimismo de muitos em reconstruir a prosperidade mundial com um sistema econômico viável. Keynes contribuiu decisivamente na questão da macroeconomia, tendo fincado as bases da moderna teoria macroeconômica e da intervenção do Estado na economia de mercado. No seu livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1936, propôs algumas políticas econômicas, como a fiscal, monetária, cambial, e de rendas. Keynes propõe a ação intervencionista do Estado, utilizando-se da operacionalização das políticas econômicas, centrados em três âmbitos: fiscal, monetário e cambial. Segundo Keynes, o papel do Estado é fundamental, e na condição de instituição responsável pela “socialização do investimento”, ele deve articular a política econômica de tal forma a operacionalizar políticas fiscais para expandir a demanda efetiva e reduzir as desigualdades sociais; tornar as políticas monetárias mais flexíveis, de forma a estimular os níveis de consumo e investimento; e coordenar e regular os mercados financeiros para estabilizar os fluxos de capitais e taxas de câmbio e equilibrar o balanço de pagamentos (KEYNES, 1996, p.293-307).

No primeiro parágrafo do livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, desvinculou-se da escola clássica de sua formação argumentando não ser mais possível a aplicação dos ensinamentos daquela teoria aos fatos da realidade. As ideias básicas expostas colocavam-se em oposição à teoria clássica segundo a qual a taxa de juros determinava igualdade entre poupança e investimento e que reduções de salário levavam ao pleno emprego. O autor propôs a análise das causas do desemprego a partir da propensão a consumir, o incentivo ao investimento, a eficiência marginal do capital, a preferência pela liquidez e o multiplicador. Essas variáveis e a moeda, segundo o autor, seriam determinantes para o nível de produto e seus preços, e para o desemprego (KEYNES, 1996, p. 43).

Tal percepção comenta o autor Daniel Fusfeld (2003, p.178): “Keynes preocupava-se com a capacidade de uma economia madura, geradora de grandes poupanças, de sustentar os altos níveis de investimento necessários para a manutenção do pleno emprego”.

As políticas a partir da compreensão de Keynes objetivavam a superação dos obstáculos ao pleno emprego e ao crescimento econômico. Sua ênfase visava, entre as políticas, a fiscal pelo forte impacto na atividade econômica, instrumento poderoso para estimular a demanda agregada e gerar efeito multiplicador na renda privada. A política fiscal do governo constitui-se nas suas despesas e no seu sistema tributário, utilizada com o objetivo de conduzir a demanda agregada ao nível de renda de pleno emprego da economia. Desse modo, foi identificada por Keynes como a política capaz de manter o desemprego quase nulo, e, por meio do investimento público, contribuir para aumentar as expectativas dos agentes econômicos em relação ao futuro. Contudo, deve ser capaz de estabelecer um sistema tributário progressivo e com carga compatível com as necessidades de financiamento da sociedade de bem-estar que se pretende construir. Deve ainda equilibrar o orçamento para que o governo tenha uma política de gastos controlados com o objetivo de manter o pleno emprego e elevar a qualidade de vida em sociedade (SICSÚ, 2008, p.158-159).

Ademais, para Keynes, o estoque acumulado de riqueza na sociedade depende das decisões de investimento tendo em vista que estas decisões movimentam o emprego de máquinas, equipamento e trabalho humano, gerando renda e riqueza. Por outra via, o emprego depende da demanda agregada composta pelos gastos de consumo e investimentos das empresas; já o investimento, depende da taxa de juros e da taxa de retorno esperada dos novos investimentos. Na economia empresarial, o nível de atividades dependerá da expectativa de demanda dos empresários. Quanto maior a expectativa favorável, mais os empresários empregarão trabalhadores para produzir, conseqüentemente poderão investir em novos

equipamentos e ampliar a capacidade produtiva em resposta à demanda consistente (KEYNES, 1996, p.293-307).

O investimento representa acréscimo ao estoque de capital fixo e à capacidade de se produzir bens e serviços. É uma variável que exerce efeitos tanto sobre a demanda agregada quanto na oferta agregada, ampliando-se o potencial de a economia crescer sem gerar pressões inflacionárias (MONTEIRO NETO, 2012, p. 310).

Todavia, a preocupação de Keynes quanto ao relevante papel construtivo do Estado na promoção da prosperidade de economias de mercado por meio das políticas macroeconômicas dizem respeito aos gastos públicos e não aos déficits públicos. Sobretudo nas situações do estado da economia ao realizarem esses gastos, se no pleno emprego ou com desemprego, e a capacidade financeira desses gastos públicos. Para Belluzzo, a síntese da teoria de Keynes está no último capítulo de sua obra Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, ao propor um conjunto de políticas econômicas: a socialização do investimento; a política bancária e de crédito administrada para neutralizar o poder de opressão do capitalista; um sistema fiscal capaz de gerar distribuição de renda; e equilíbrio no balanço de pagamento (BELLUZZO, 2013, p. 24-25).

Keynes desenvolveu a lógica que fundamentava as políticas econômicas da Europa Ocidental e da América. Inovou quanto às possibilidades de intervenção do Estado na economia, que até a década de 1930 estava voltada para a capacidade que governos teriam de substituir os mercados privados na sua função alocativa. Assim, introduziu nova abordagem, a capacidade de outros mecanismos, além do mercado privado, organizarem de modo eficiente a atividade produtiva (CARVALHO, 2008, p.7-25).

A visão liberal em que o mercado é capaz de fazer uma alocação ótima dos recursos disponíveis economia foi a principal oposição de Keynes. Após a Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1960, as ideias de Keynes atingiram seu apogeu como método de intervenção do governo na economia. Sua inegável contribuição recebeu o nome de Economia do Desenvolvimento tendo em vista o reconhecimento do papel do Estado na economia. Segundo João Paulo de Almeida Magalhães (2008, p.160), Keynes demonstrou que a intervenção pública era necessária para evitar recessões periódicas causadas pelo livre funcionamento do mercado. Sua importante defesa da intervenção do Estado na economia figurou como a mais importante e fundamentou as bases das políticas econômicas de muitos países até a década de 1980.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão relevante é que os fundamentos econômicos de Keynes priorizam políticas de estabilização do nível de emprego, com investimentos, aos programas de transferência e manutenção dos níveis de renda. Contudo, deve-se estabelecer política fiscal compatível com as necessidades de financiamento da sociedade. Além de equilibrar o orçamento para que o governo tenha uma política de gastos controlados com o objetivo de manter o pleno emprego e elevar a qualidade de vida em sociedade. Para Keynes o importante papel do Estado na promoção da prosperidade diz respeito aos gastos públicos e não aos déficits públicos.

A Teoria Geral de Keynes aponta que as decisões governamentais refletem nos arranjos institucionais, vontades políticas e sociais, elementos chaves para entender as dinâmicas macroeconômicas. Contemporaneamente, os princípios democráticos apontam que a política econômica deve refletir também os compromissos assumidos pelos governos na responsabilidade de conduzir o Estado.

A proposta da então candidata a presidente Dilma Rousseff seria o ajuste macroeconômico para que se recuperassem as condições de um novo ciclo de crescimento. Entretanto, a forte pressão inflacionária flagrada em 2014 e 2015 frustraram as políticas que visavam seu controle, além disso, o aumento da taxa de juros, o fraco desempenho da indústria, a piora da balança comercial revelaram falhas graves nas políticas econômicas.

A política fiscal e, mais precisamente, a política tributária do período de 2005 a 2014 tiveram características qualitativamente distintas. Embora o aspecto determinante na escolha dessa política se deu a partir do diagnóstico que a desaceleração econômica advinha da crise externa, as desonerações concedidas pelo governo federal a diversos setores não teve a contrapartida de redução do gasto público. Ademais, o governo esperava que a redução do custo do trabalho estimulasse a criação de emprego, com a expectativa de melhora da competitividade que viria pela redução dos custos de produção associados à diminuição dos encargos incidentes sobre a folha de salários, sem afetar a remuneração dos empregados ou seus direitos previdenciários. Na prática, a política de desoneração tributária feita de forma isolada, não trouxe resultados, não resultou na retomada do crescimento e piorou a qualidade da política fiscal e desorganizou a política macroeconômica.

A recessão econômica com o encolhimento da economia em -3,8% do PIB em 2015 com o retrocesso na inclusão social, somando-se a instabilidade política enfrentada desde a reeleição no final de 2014, desequilibrou o governo Dilma. O imbricamento entre a situação

econômica e política aprofundou o colapso fiscal da contabilidade criativa e pedaladas fiscais que ensejaram em crime de responsabilidade, resultando no impeachment da presidente Dilma Rousseff, cujo processo iniciou em 2 de dezembro de 2015 e concluiu em 31 de agosto de 2016.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto ; DINIZ, Érica. **Os Benefícios Fiscais do Governo Federal**. Digesto Econômico, v. LXIII, p. 18-31, 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ARAÚJO JR., José Tavares. Concorrência, competitividade e política econômica. In: BAUMANN, Roberto. (Org.). **O Brasil e economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antônio P. de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marcos Aurélio (Orgs.). **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo – Boitempo Editorial, 2010.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro; Elsevier, 2004.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e competição: porque alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. **O novo modelo brasileiro de desenvolvimento**. Revista Dados, Rio de Janeiro, 1973, n. 11.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. **Análise Econômica** (UFRGS), v. 26, p. 7-25, 2008.

CARTA DE CONJUNTURA IPEA. Brasília, DF: IPEA, n. 19, jun. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc19_completa.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2015.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FARHI, Maryse; FREITAS, Maria Cristina Penido de; PRATES, Daniela Magalhães. **A Crise e os Desafios para a Nova Arquitetura Financeira Internacional**. In: Revista de Economia Política, v. 29, p. 135-138, 2009.

CURADO, Marcelo; CRUZ, Marcio José Vargas da. **Investimento direto externo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista de economia contemporânea. v. 12, 2008.

DINIZ, Eli. Empresário, Estado e democracia: uma avaliação dos dois primeiros anos do governo Lula. In: **Antes do vendaval: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

FAGNANI, Eduardo; VAZ, Flávio Tonelli. Seguridade social, direitos constitucionais e desenvolvimento. In: FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo. **Políticas sociais, desenvolvimento e Cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FOLLONI, André; YAZBEK, Cristiano Lisboa. Eficiência tributária do Estado e retorno de bem-estar à sociedade. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 15, p. 26-39, 2014.

FRIEDEN, Jeffrey A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

FUSFELD, Daniel R. **A Era do Economista**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIAMBIAGI, Fabio. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GONTIJO, Cláudio; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro e os efeitos da crise sobre o Brasil**. Belo Horizonte: Corecon, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991)**. 2.ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI**. 22.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível: <<http://censo2010.ibge.gov.br/pt/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2857&busca=1&t=2014-pib-varia-0-1-totaliza-r-5-52-trilhoes>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira: fundamentos e atualidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEVY, Paulo Mansur; NONNENBERG, Marcelo José Braga; COSTA, Katarina Pereira. O desenvolvimento da China e da Índia - lições e implicações para o Brasil. In: BARROS, Octavio; GIAMBIAGI, Fabio (Orgs.). **Brasil globalizado**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2008.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. **Cosmopolitismo e globalização: efeitos na seara político-jurídica contemporânea**. Revista Eletrônica do Centro de Estudos Jurídicos da UFPR, v. 1, 2007, p. 53.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Keynes e a nova economia do desenvolvimento. In: SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos (Org.). **Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MAGALHÃES, José Carlos. **Direito Internacional Econômico: tendências e perspectivas**. 1. ed. 4 reimpressão. Curitiba: Juruá, 2011.

MANKIW, Gregory N. **Introdução à Economia**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

MARQUES JÚNIOR, Liderau dos Santos. A política econômica da reeleição e a deterioração da política fiscal no Governo Dilma. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 41-48, 2013.

MODENESI, André de Melo; MARTINS, Norberto Montani; MODENESI, Rui Lyrio. Uma nova política econômica? In: MODENESI, André de Melo et al (Org.). **Sistema financeiro e política econômica em uma era de instabilidade: tendências mundiais e perspectivas para a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MONTEIRO NETO, Aristides (Coord.). **Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 2012.

MOURA, Alkimar R. (Org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia: introdução ao direito econômico**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de. Encargos Sociais e desoneração da folha de pagamento: revistando uma antiga polêmica. In: RIBEIRO, José Aparecido Carlos; LUCHIEZI JR., Álvaro; MENDONÇA, Sérgio Eduardo Arbulu (Orgs.). **Progressividade da Tributação e Desoneração da Folha de Pagamentos: elementos para reflexão**. Brasília: Ipea, 2011.

PAULA, Luiz Fernando de; BARCELOS, Fábio Campos. Liberalização financeira, estabilidade macroeconômica e crescimento econômico nos países do BRIC. **Revista de Economia Política**, v. 31, 2011 p. 699- 724.

PAULINO, Luis Antonio. O Plano Real e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002). In: PIRES, Marcos Cordeiro (Coord.). **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PINHEIRO, Armando Castelar. Desafios e Perspectivas da Economia Brasileira em 2014. **Revista Interesse Nacional**, ano 7, n.25, abr./jun., 2014.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Dependência de Importações e a Crise da Mundialização: Crescimento e Flutuação na Economia Brasileira 1980-2000**. São Paulo: USP, 2002.

_____. (Coord.). **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 13. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SICSÚ, João. Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas. In: SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos (Org.). **Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2012.

STIGLITZ, Joseph. **Globalização: como dar certo**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade** (UNICAMP-Impresso), v. 21, p. 909-941, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

WERNECK, Rogério Ladeira Furquim. Abertura, competitividade e desoneração fiscal. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica de (Orgs.). **O futuro da indústria no Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v. 1, p. 10-18.